

(Efeitos cessados pela Portaria TJRR/PR n. 197, de 2026)
PORTARIA TJRR/PR N. 178, DE 4 DE MARÇO DE 2026.

Institui a Política de Gestão de Conteúdo do Portal da Transparência Ativa do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e

CONSIDERANDO o direito fundamental de acesso à informação, assegurado pelo inciso XXXIII do art. 5º, pelo inciso II do § 3º do art. 37 e pelo § 2º do art. 216 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal n. 12.527, de 18 de novembro de 2011 - Lei de Acesso à Informação - LAI;

CONSIDERANDO a Resolução CNJ n. 215, de 16 de dezembro de 2015, que regulamenta o acesso à informação no âmbito do Poder Judiciário e institui o Ranking da Transparência;

CONSIDERANDO o Programa Nacional de Transparência Pública - PNTP, coordenado pela Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil - Atricon;

CONSIDERANDO a necessidade de fortalecer a governança da transparência ativa, mediante padronização de conteúdos, definição de responsabilidades, fluxos de atualização e monitoramento contínuo; e

CONSIDERANDO o contido no Processo Administrativo SEI/TJRR n. 0000290-50.2026.8.23.8000,

RESOLVE:

Capítulo I
Das Disposições Gerais

Art. 1º Fica instituída a Política de Gestão de Conteúdo do Portal da Transparência Ativa do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima - TJRR, aplicável às unidades administrativas e judiciárias, com a finalidade de assegurar a publicidade, a integridade, a acessibilidade, a padronização e a atualidade das informações disponibilizadas.

Art. 2º A transparência ativa constitui dever institucional permanente, devendo as informações ser disponibilizadas de forma contínua, íntegra, acessível e compreensível, com

vistas ao controle social, à fiscalização dos atos administrativos e ao fortalecimento da prestação de contas e da responsabilização institucional.

Parágrafo único. O acesso ao Portal da Transparência deverá constar no sítio eletrônico oficial do TJRR, em local de fácil visualização, observado o Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico - eMAG.

Art. 3º Esta Política destina-se a assegurar o atendimento integrado e permanente à Lei de Acesso à Informação, aos critérios do Ranking da Transparência do Conselho Nacional de Justiça e ao Programa Nacional de Transparência Pública, observados os preceitos da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD.

Capítulo II

Da Governança e das Responsabilidades

Art. 4º A governança da gestão de conteúdo do Portal da Transparência observará a seguinte estrutura:

I - Unidade Coordenadora: Secretaria de Gestão Estratégica - SGE, por meio da Subsecretaria de Planejamento e Governança - SUBPG;

II - Unidades Gestoras do Portal: Secretaria de Tecnologia da Informação - STI, Núcleo de Comunicação e Relações Institucionais - Nucri e Ouvidoria-Geral; e

III - Unidades Responsáveis pelas Informações: aquelas indicadas no Anexo Único.

Art. 5º Compete à Unidade Coordenadora:

I - estabelecer diretrizes, padrões e orientações institucionais para a transparência ativa;

II - consolidar e monitorar o nível de conformidade do TJRR com os critérios do CNJ e do PNTF;

III - articular a correção de inconsistências e o aperfeiçoamento contínuo das informações; e

IV - elaborar relatórios, painéis e instrumentos de governança e acompanhamento, quando necessário.

Art. 6º Compete às Unidades Gestoras do Portal da Transparência:

I - à STI:

a) assegurar o funcionamento seguro, estável e acessível do Portal;

b) realizar a publicação e a manutenção técnica dos conteúdos encaminhados;

c) implementar melhorias técnicas alinhadas às boas práticas de governança digital; e

d) prestar suporte técnico às unidades envolvidas.

II - ao Nucri:

a) zelar pela clareza, linguagem simples, padronização visual e identidade institucional; e

b) orientar quanto à apresentação e compreensibilidade dos conteúdos;

III - à Ouvidoria-Geral:

a) identificar demandas recorrentes e oportunidades de aprimoramento, a partir das manifestações da sociedade; e

b) promover a integração entre transparência ativa e passiva.

Art. 7º Compete às Unidades Responsáveis pelas Informações:

I - produzir, validar e manter atualizados os conteúdos sob sua responsabilidade;

II - assegurar a veracidade, integridade, clareza e completude das informações;

III - observar a periodicidade mínima de atualização definida no Anexo Único;

IV - manter links válidos, funcionais e acessíveis; e

V - comunicar formalmente à SGE/SUBPG eventuais falhas que comprometam a transparência.

Capítulo III Dos Padrões de Publicação e Atualização

Art. 8º O Portal da Transparência conterá, no mínimo, as informações exigidas pela legislação, pelo Ranking da Transparência do CNJ e pelo PNTP, organizadas por temas, de forma objetiva e intuitiva.

Parágrafo único. Sempre que aplicável, as informações deverão conter:

I - identificação da unidade responsável;

II - fonte da informação;

III - periodicidade de atualização e data de referência;

IV - formatos disponíveis; e

V - link direto para o e-SIC.

Art. 9º As informações deverão ser disponibilizadas, preferencialmente, em formatos abertos, estruturados e legíveis por máquina, que possibilitem sua reutilização, observada a periodicidade definida no Anexo Único.

§ 1º Cada item de informação deverá possuir link oficial único.

§ 2º Deverão ser preservadas séries históricas e adotados filtros e mecanismos de pesquisa.

§ 3º Havendo divergência entre critérios do CNJ e do PNTP, prevalecerá o mais rigoroso.

Art. 10. Na inexistência de informação aplicável, deverá ser publicada declaração expressa de inexistência ou de atualização, de forma visível e acessível.

Capítulo IV Do Controle de Alterações

Art. 11. Alterações estruturais no Portal da Transparência dependerão de autorização prévia da Subsecretaria de Planejamento e Governança, devendo:

I - preservar o acesso aos links antigos, mediante redirecionamento;

II - manter o histórico e a rastreabilidade das informações; e

III - evitar indisponibilidade ou prejuízo à transparência.

Parágrafo único. O fluxo de controle de alterações observará o procedimento institucional vigente.

Capítulo V Das Disposições Finais

Art. 12. O Anexo Único integra esta Portaria e define as informações obrigatórias de transparência ativa, as unidades responsáveis e a periodicidade mínima de atualização.

Art. 13. A Subsecretaria de Planejamento e Governança coordenará a elaboração do Manual do Portal da Transparência, de caráter orientativo e operacional.

Art. 14. O descumprimento desta Portaria poderá ensejar responsabilização administrativa, nos termos da legislação aplicável.

Art. 15. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. Leonardo Cupello
Presidente

Este texto não substitui o original publicado no DJE, [edição 8048](#), 5.3.2026, pp. 5-35.

**ANEXO ÚNICO
MATRIZ DE RESPONSABILIDADES E PERIODICIDADE DA TRANSPARÊNCIA
ATIVA**

N.	Eixo	Item publicado	Fundamento	Periodicidade	Unidade Responsável
1	GESTÃO	Planejamento Estratégico Institucional publicado evidenciando objetivos estratégicos, metas, indicadores de desempenho?	<u>Inciso I, do art. 6º, da Resolução CNJ n. 215, de 16 de dezembro de 2015;</u> e <u>Incisos I, II e III, do art. 3º, c/c alínea a, do inciso VII, do art. 7º, c/c o inciso V, do § 1º, do art. 8º, da Lei Federal n. 12.527, de 18 de novembro de 2011.</u>	Anual	SGE
2	GESTÃO	Os resultados do Planejamento Estratégico Institucional alcançados pelo órgão?	<u>Inciso, I, do art. 6º, da Resolução CNJ n. 215, de 2015.</u>	Mensal	SGE
3	GESTÃO	Estrutura organizacional, demonstrada de forma textual ou gráfica, que apresente claramente a relação hierárquica entre as unidades?	<u>Inciso II, do art. 6º, da Resolução CNJ n. 215, de 2015.</u>	Por fato gerador	NUCRI
4	GESTÃO	Descrição da estrutura do Tribunal, contendo, por exemplo, a identificação das Varas, Câmaras, Pleno, com competências	<u>Inciso I, do § 1º, do art. 8º, da Lei Federal n. 12.527, de 2011; e</u> <u>Alínea b, do inciso VI, do art. 6º, da Lei Federal n. 13.460, de 26 junho de 2017.</u>	Por fato gerador	NUCRI

5	GESTÃO	e/ou atribuições? Identifica o nome dos atuais responsáveis pela gestão do Poder/Órgão e Magistrados com a indicação de atuação?	<u>Inciso I, do § 1º, do art. 8º, da Lei Federal n. 12.527, de 2011; e Alínea b, do inciso VI, do art. 6º, da Lei Federal n. 13.460, de 2017.</u>	Por fato gerador	NUCRI
6	GESTÃO	Os atos normativos expedidos pelo órgão?	<u>Inciso V, do art. 6º, da Resolução CNJ n. 215, de 2015; Art. 37 da Constituição Federal - CF (princípio da publicidade); e Inciso II, do art. 3º, inciso I, do art. 6º, incisos II, V e VI, do art. 7º, e art. 8º, da Lei Federal n. 12.527, de 2011.</u>	Por fato gerador	CPLJ
7	GESTÃO	O portfólio de projetos e programas institucionais?	Boas práticas.	Mensal	NPI
8	GESTÃO	A execução e os recursos de projetos?	Boas práticas.	Mensal	NPI
9	GESTÃO	Há campo/espaço Estatística na página principal do órgão, com vistas a reunir, no mínimo, os dados das metas, despesas e dados orçamentários, de recursos humanos e de remuneração, além do Painel de Estatísticas do DataJud, conforme	<u>Resolução CNJ n. 333, de 21 de setembro de 2020; e Portaria CNJ n. 119, de 14 de abril de 2021.</u>	Atualização contínua	STI

		conteúdo mínimo definido na Portaria Presidência n. 119, de 14 de abril de 2021 e as informações relacionadas no art. 7º do referido normativo?			
10	GESTÃO	O sítio eletrônico dispõe de mecanismo que possibilite o acompanhamento dos respectivos procedimentos e processos administrativos instaurados que não se enquadrem nas hipóteses de sigilo?	<u>Inciso IX, do art. 6º, da Resolução CNJ n. 215, de 2015.</u>	Permanente	STI
11	GESTÃO	Realiza e divulga resultados de pesquisas de satisfação?	<u>§§ 1º e 2º, do art. 23, da Lei n. 13.460, de 2017, c/c inciso IV, do art. 3º, e inciso II, do art. 24, da Lei n. 14.129, de 29 de março de 2021.</u>	Anual	SGE
12	AUDIÊNCIAS E SESSÕES	Audiências públicas, consultas públicas ou outras formas de participação popular, em área específica no portal destinada à divulgação de informações sobre?	<u>Inciso II, do art. 9º, da Lei Federal n. 12.527, de 2011.</u>	Por fato gerador	SGE
13	AUDIÊNCIAS E	O calendário das sessões colegiadas?	<u>Inciso VI, do art. 6º, da Resolução CNJ n. 215, de</u>	Por fato gerador	TRIBUNAL PLENO

	SESSÕES		2015.		
14	AUDIÊNCIAS E SESSÕES	A pauta de julgamentos? Divulga pauta das sessões?	<u>Inciso V, do art. 7º, da Lei Federal n. 12.527, de 2011; Inciso V, do art. 7º, da Lei Federal n. 12.527, de 2011; e § 1º, do art. 12, da Lei Federal n. 13.105, de 16 de março de 2015.</u>	Por fato gerador	TRIBUNAL PLENO
15	AUDIÊNCIAS E SESSÕES	Divulga ata das sessões de julgamento/deliberativas?	<u>Caput, do art. 37 (princípio da publicidade), e incisos IX e X, do art. 93, da CF; e Incisos II e V, do art. 7º, e caput, do art. 8º, da Lei Federal n. 12.527, de 2011.</u>	Por fato gerador	TRIBUNAL PLENO
16	AUDIÊNCIAS E SESSÕES	Divulga suas decisões?	<u>Incisos II e VI, do art. 7º, e caput, do art. 8º, da Lei Federal n. 12.527, de 2011.</u>	Por fato gerador	CPLJ
17	AUDIÊNCIAS E SESSÕES	Há transmissão das sessões de julgamento e eventuais audiências públicas via meios de comunicação como rádio, TV, internet, entre outros?	<u>Art. 22, da Resolução CNJ n. 215, de 2015; Caput, do art. 37, da CF; Incisos II, III e X, do art. 3º, e art. 14, da Lei Federal n. 14.129, de 2021; e Inciso III, do art. 3º, da Lei Federal n. 12.527, de 2011.</u>	Por fato gerador	NUCRI
18	AUDIÊNCIAS E SESSÕES	Resultados e atas das reuniões das comissões?	<u>Inciso V, do art. 7º, da Lei Federal n. 12.527, de 2011.</u>	Mensal	SGE
19	AUDIÊNCIAS	Divulga	<u>Caput, do art.</u>	Por fato	CPLJ

	NCIAS E SESSÕES	informativo de jurisprudência contendo decisões atualizadas?	<u>37 (princípio da publicidade); e incisos IX e X, do art. 93, da CF; Incisos II e V, do art. 7º, e caput, do art. 8º, da Lei Federal n. 12.527, de 2011; e Parágrafo único, do art. 24, do Decreto-Lei Federal n. 4.657, de 4 de setembro de 1942.</u>	gerador	
20	SERVIÇO DE INFORMAÇÕES AO CIDADÃO - SIC	Informações sobre atendimento ao público, incluindo horários, locais, endereços, e-mail e telefones de suas unidades?	<u>Inciso II, do art. 6º, da Resolução CNJ n. 215, de 2015; Inciso I, do § 1º, do art. 8º, Lei Federal n. 12.527, de 2011; e Alínea b, do inciso VI, do art. 6º, da Lei Federal n. 13.460, de 2017.</u>	Por fato gerador	NUCRI
21	SERVIÇO DE INFORMAÇÕES AO CIDADÃO - SIC	Participa em redes sociais e apresenta, no seu sítio institucional, link de acesso ao seu perfil?	<u>Inciso I, do § 1º, do art. 8º, Lei Federal n. 12.527, de 2011; e Alínea b, do inciso VI, do art. 6º, da Lei Federal n. 13.460, de 2017.</u>	Permanente	NUCRI
22	SERVIÇO DE INFORMAÇÕES AO CIDADÃO - SIC	O campo denominado 'Serviço de Informações ao Cidadão' na página inicial?	<u>Art. 7º, da Resolução CNJ n. 215, de 2015.</u>	Permanente	OUVIDORIA
23	SERVIÇO DE INFORMAÇÕES	Uma dimensão denominada "Carta de Serviços ao	<u>§ 4º, do art. 7º, da Lei Federal n. 13.460, de 2017.</u>	Permanente	OUVIDORIA

	S AO CIDAD ÃO - SIC	Cidadão"?			
24	SERVIÇ O DE INFOR MAÇÕE S AO CIDAD ÃO - SIC	A indicação do órgão ou unidade orgânica responsável pelo SIC? Existe o SIC no site e indica a unidade/setor responsável?	<u>Art. 10, da Resolução CNJ n. 215, de 2015; e Inciso VII, do § 3º, do art. 8º, e inciso I, do 9º, da Lei Federal n. 12.527, de 2011.</u>	Permanente	OUVIDORIA
25	SERVIÇ O DE INFOR MAÇÕE S AO CIDAD ÃO - SIC	A indicação precisa de funcionamento de um Serviço de Informações ao Cidadão - SIC a que o cidadão possa entregar pessoalmente o pedido de acesso a informações?	<u>Art. 10, da Resolução CNJ n. 215, de 2015; Inciso I, do § 1º, do art. 8º, da Lei Federal n. 12.527, de 2011; e Alínea b, do inciso VI, do art. 6º, da Lei Federal n. 13.460, de 2017.</u>	Permanente	OUVIDORIA
26	SERVIÇ O DE INFOR MAÇÕE S AO CIDAD ÃO - SIC	A indicação precisa de funcionamento de um Serviço de Informações ao Cidadão - SIC no qual o cidadão possa enviar pedidos de informação de forma eletrônica - e-SIC?	<u>Art. 10, da Resolução CNJ n. 215, de 2015; e boas práticas; e §§ 1º e 2º, do art. 10, da Lei Federal n. 12.527, de 2011.</u>	Permanente	OUVIDORIA
27	SERVIÇ O DE INFOR MAÇÕE S AO CIDAD ÃO - SIC	Divulga nesta seção, instrumento normativo local que regulamente a <u>Lei Federal n. 12.527, de 2011?</u>	<u>Art. 45, da Lei Federal n. 12.527, de 2011.</u>	Permanente	OUVIDORIA
28	SERVIÇ O DE	A indicação no sítio eletrônico da	<u>§ 4º, do art. 11, da Lei Federal n.</u>	Permanente	OUVIDORIA

	INFORMAÇÕES AO CIDADÃO – SIC	possibilidade de acompanhamento posterior do pedido de acesso à informação?	<u>12.527, de 2011.</u>		
29	SERVIÇO DE INFORMAÇÕES AO CIDADÃO - SIC	Divulga, na seção relativa ao e-SIC, os prazos de resposta ao cidadão, incluindo o recursal, e as autoridades competentes para o exame dos pedidos, além do procedimento referente à realização do pedido e de eventual recurso?	<u>Inciso II, do art. 10, da Resolução CNJ n. 215, de 2015; e Arts. 7º e 15, da Lei Federal n. 12.527, de 2011.</u>	Permanente	OUVIDORIA
30	SERVIÇO DE INFORMAÇÕES AO CIDADÃO - SIC	As Respostas às perguntas mais frequentes da sociedade (FAQ)?	<u>Inciso I, § 1º, do art. 8º, da Lei Federal n. 12.527, de 2011; e Inciso VIII, do art. 6º, da Resolução CNJ n. 215, de 2015.</u>	Permanente	OUVIDORIA
31	SERVIÇO DE INFORMAÇÕES AO CIDADÃO - SIC	Relatório estatístico anual contendo a quantidade de pedidos de informação recebidos, atendidos e indeferidos, bem como informações genéricas sobre os solicitantes?	<u>Inciso III, do art. 41, da Resolução CNJ n. 215, de 2015; e Inciso III, do art. 30, da Lei Federal n. 12.527, de 2011.</u>	Anual	OUVIDORIA
32	SERVIÇO DE	Divulga lista de documentos	<u>Inciso I, do art. 30, da Lei Federal n.</u>	Anual	OUVIDORIA/ DGDOC

	INFORMAÇÃO S AO CIDADÃO - SIC	classificados em cada grau de sigilo, contendo pelo menos o assunto sobre o qual versa a informação, a categoria na qual ela se encontra, o dispositivo legal que fundamenta a classificação e o respectivo prazo?	<u>12.527, de 2011; e Inciso II, do art. 30, c/c § 1º, do art. 24, da Lei Federal n. 12.527, de 2011.</u>		
33	SERVIÇO DE INFORMAÇÃO S AO CIDADÃO - SIC	Link de acesso aos principais serviços de atendimento ao usuário? (PJE, Balcão Virtual, Primeiro Atendimento/Juizados Especiais)	Boas Práticas.	Permanente	OUVIDORIA/STI
34	SERVIÇO DE INFORMAÇÃO S AO CIDADÃO - SIC	Há informações sobre o atendimento presencial pela Ouvidoria (Indicação de endereço físico e telefone, além do horário de funcionamento)?	<u>Inciso I, do § 1º, do art. 8º, e art. 9º, da Lei Federal n. 12.527, de 2011, c/c <u>alínea b, do inciso VI, do art. 6º, inciso VI, do § 2º, do art. 7º, e § 4º, do art. 10, da Lei Federal n. 13.460, de 2017, c/c alínea a, do inciso I, do art. 24, e inciso II, do art. 27, da Lei Federal n. 14.129 de 2021.</u></u>	Permanente	OUVIDORIA
35	LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS - LGPD	Identifica o encarregado/responsável pelo tratamento de dados pessoais e disponibiliza Canal de	Inciso VIII, do art. 5º, inciso III, do art. 23, e § 1º, do art. 41, da Lei Federal n. 13.709, de 14 de agosto 2018; e Inciso XVII, do art.	Permanente	CGPPD

	E GOVERNO DIGITAL	Comunicação (telefone e/ou e-mail)?	3º, da Lei Federal n. 14.129, de 2021.		
36	LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS - LGPD E GOVERNO DIGITAL	Publica a sua Política de Privacidade e Proteção de Dados?	Inciso I, do art. 50, da Lei n. 13.709, de 2018; e Inciso XVII, do art. 3º, da Lei Federal n. 14.129, de 2021.	Permanente	CGPPD
37	LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS - LGPD E GOVERNO DIGITAL	Possibilita a demanda e o acesso a serviços públicos por meio digital, sem necessidade de solicitação presencial?	Incisos II, III e X, do art. 3º, e art. 14, da Lei Federal n. 14.129, de 2021.	Permanente	STI
38	LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS - LGPD E GOVERNO DIGITAL	Regulamenta a Lei Federal n. 14.129, de 29 de março de 2021 (Governo Digital) e divulga a normativa em seu portal?	NR Conjunta Atricon n. 2/2022.	Permanente	STI
39	OUVIDORIA	O sítio eletrônico disponibiliza página da Ouvidoria, que	Art. 5º, da Resolução CNJ n. 432, de 27 de outubro de 2021; e	Permanente	OUVIDORIA

		permita o registro de denúncias, reclamações e outros tipos de manifestação?	boas práticas; e <u>Inciso VII, do § 3º, do art. 8º, e § 2º, do art. 10, da Lei Federal n. 12.527, de 2011, c/c § 4º, do art. 10, da Lei Federal n. 13.460, de 2017, c/c inciso IV, do art. 27, da Lei Federal n. 14.129, de 2021.</u>		
40	OUVIDORIA	O sítio eletrônico indica a possibilidade de acompanhamento de manifestações registradas na Ouvidoria?	Art. 5º, da Resolução CNJ n. 432, de 2021.	Permanente	OUVIDORIA
41	OUVIDORIA	O sítio eletrônico disponibiliza avaliação do serviço prestado pela Ouvidoria?	Art. 5º, da Resolução CNJ n. 432, de 2021.	Permanente	OUVIDORIA
42	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	O órgão possui Painel visual de informações relacionadas à Tecnologia da Informação e Comunicação, que permita ao usuário filtrar, consultar e até extrair dados públicos?	Art. 7º, da Resolução CNJ n. 370, de 28 de janeiro de 2021, associado às boas práticas previstas na <u>Resolução CNJ n. 215, de 2015.</u>	Permanente	STI
43	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	O sítio eletrônico institucional possibilita a extração de relatórios em diversos formatos eletrônicos, preferencialmente abertos, e não	Inciso II, do § 4º, do art. 6º, da <u>Resolução CNJ n. 215, de 2015.</u>	Permanente	STI

		proprietários, tais como planilhas e texto (CSV, RTF), de modo a facilitar a análise das informações?			
44	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	Possibilita o acesso automatizado por sistemas externos em dados abertos (estruturados e legíveis por máquina), e a página contém as regras de utilização?	<u>Inciso I, do art. 6º, e inciso III, do § 4º, do art. 6º, da Resolução CNJ n. 215, de 2015;</u> <u>Inciso III, do § 3º, do art. 8º, da Lei Federal n. 12.527, de 2011;</u> e <u>Inciso XXV, do art. 3º, e inciso V, do art. 24, da Lei Federal n. 14.129, de 2021.</u>	Permanente	STI
45	GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	Divulga as receitas do Poder ou órgão, evidenciando sua previsão e realização? Valores da receita pública prevista; Valores da receita pública realizada, inclusive recursos extraordinários.	<u>Inciso II, § 1º, do art. 48, e inciso II, do art. 48-A, da Lei Complementar Federal n. 101, de 4 de maio de 2000;</u> e <u>inciso II, do art. 8º, do Decreto Federal n. 10.540, de 5 de novembro de 2020.</u>	Mensal	SOF
46	GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	Divulga o total das despesas empenhadas, liquidadas e pagas? Total empenhado, liquidado e pago no período (essa informação pode vir consolidada ou ser resultante da soma do detalhamento da	<u>Inciso VI, do art. 7º, e inciso III, do § 1º, do art. 8º, da Lei Federal n. 12.527, de 2011;</u> <u>Inciso II, do § 1º, do art. 48, e inciso I, do art. 48-A, da Lei Complementar Federal n. 101, de 2000;</u> e <u>Inciso I, do art. 8º, do Decreto Federal</u>	Mensal	SOF

		despesa).	n. 10.540, de 2020.		
47	GESTÃO O ORÇAM ENTÁRIO A E FINANC EIRA	Divulga as despesas por classificação orçamentária?	<u>Inciso VI, do art. 7º, e inciso III, do § 1º, do art. 8º, da Lei Federal n. 12.527, de 2011;</u> Inciso II, do § 1º, do art. 48, e inciso I, do art. 48-A, da Lei Complementar Federal n. 101, de 2000; e Inciso I, do art. 8º, do Decreto Federal n. 10.540, de 2020.	Mensal	SOF
48	GESTÃO O ORÇAM ENTÁRIO A E FINANC EIRA	Possibilita a consulta de empenhos com os detalhes do beneficiário do pagamento ou credor, o bem fornecido ou serviço prestado e a identificação do procedimento licitatório originário da despesa?	<u>Inciso VI, do art. 7º, e inciso III, do § 1º, do art. 8º, da Lei Federal n. 12.527, de 2011;</u> e Inciso II, do § 1º, do art. 48, e inciso I, do art. 48-A, da Lei Complementar Federal n. 101, de 2000; e Alínea h, do inciso I, do art. 8º, do Decreto Federal n. 10.540, de 2020.	Mensal	SOF
49	GESTÃO O ORÇAM ENTÁRIO A E FINANC EIRA	Identifica as transferências recebidas a partir da celebração de convênios/acordo s com indicação, no mínimo, do valor total previsto dos recursos envolvidos, do valor recebido, do objeto e da origem (órgão repassador/conce	<u>Inciso II, do § 1º, do art. 8º, da Lei Federal n. 12.527, de 2011.</u>	Mensal	SOF

		dente)?			
50	GESTÃO O ORÇAM ENTÁRI A E FINANC EIRA	Identifica as transferências realizadas a partir da celebração de convênios/acordo s/ajustes, com indicação, no mínimo, do beneficiário, do objeto, do valor total previsto para repasse e do valor concedido?	<u>Inciso II, do § 1º, do art. 8º, da Lei Federal n. 12.527, de 2011; e</u> <u>Alínea f, do inciso I, do art. 8º, do Decreto Federal n. 10.540, de 2020.</u>	Mensal	SOF
51	GESTÃO O ORÇAM ENTÁRI A E FINANC EIRA	Os dados de sua gestão orçamentária e financeira, na forma do Anexo I da Resolução CNJ n. 102, de 15 de dezembro de 2009?	<u>Alínea a, do inciso VII, do art. 6º, da Resolução CNJ n. 215, de 2015 c/c</u> <u>Resolução CNJ n. 102, de 15 de dezembro de 2009.</u>	Mensal	SOF
52	GESTÃO O ORÇAM ENTÁRI A E FINANC EIRA	Os dados de sua gestão orçamentária e financeira, na forma do Anexo II da Resolução CNJ n. 102, de 2009?	<u>Alínea a, do inciso VII, do art. 6º, da Resolução CNJ n. 215, de 2015 c/c</u> <u>Resolução CNJ n. 102, de 2009.</u>	Mensal	SOF
53	GESTÃO O ORÇAM ENTÁRI A E FINANC EIRA	A íntegra do quadro de detalhamento da despesa da Proposta Orçamentária com a distribuição dos recursos por grau de jurisdição?	Inciso I, do art. 4º, da Resolução CNJ n. 195, de 3 de junho de 2014.	Mensal	SOF
54	GESTÃO O ORÇAM ENTÁRI	A íntegra do quadro de detalhamento da despesa da Lei	Inciso II, do art. 4º, da Resolução CNJ n. 195, de 2014.	Mensal	SOF

	A E FINANC EIRA	Orçamentária com a distribuição dos recursos por grau de jurisdição?			
55	GESTÃ O ORÇAM ENTÁRI A E FINANC EIRA	O Mapa Demonstrativo da Execução Orçamentária do ano anterior, com indicação das despesas realizadas por grau de jurisdição?	Art. 9º, da Resolução CNJ n. 195, de 2014.	Anual	SOF
56	GESTÃ O ORÇAM ENTÁRI A E FINANC EIRA	O ‘Relatório de Gestão Fiscal’?	§ 2º, do art. 55, da Lei Complementar Federal n. 101, de 2000.	Anual	SOF
57	GESTÃ O ORÇAM ENTÁRI A E FINANC EIRA	O mapa anual dos precatórios?	§ 1º, do art. 85, da Resolução CNJ n. 303, de 18 de dezembro de 2019.	Por fato gerador	NUPREC
58	GESTÃ O ORÇAM ENTÁRI A E FINANC EIRA	A relação dos contratados, com os respectivos valores pagos nos últimos três anos, exceto os sigilosos, nos termos da legislação? Divulga a ordem cronológica de seus pagamentos, bem como as justificativas que fundamentaram a eventual alteração	Art. 161, da Lei Federal n. 15.321, de 31 de dezembro de 2025.	Mensal	SOF

		dessa ordem?			
59	GESTÃO O ORÇAM ENTÁRIO A E FINANC EIRA	Divulga a ordem cronológica de seus pagamentos, bem como as justificativas que fundamentaram a eventual alteração dessa ordem?	§ 3º, do art. 141, da Lei Federal n. 14.133, de 1º de abril de 2021.	Mensal	SOF
60	OBRAS	Divulga informações sobre as obras contendo o objeto, a situação atual, as datas de início e de conclusão da obra, empresa contratada e o percentual concluído?	<u>Inciso V, do § 1º, do art. 8º, da Lei Federal n. 12.527, de 2011.</u>	Mensal	SIL
61	OBRAS	Divulga os quantitativos, os preços unitários e totais contratados?	<u>Inciso V, do § 1º, do art. 8º, da Lei Federal n. 12.527, de 2011;</u> e § 3º, do art. 94, da Lei Federal n. 14.133, de 2021.	Mensal	SIL
62	OBRAS	Divulga os quantitativos executados e os preços efetivamente pagos?	<u>Inciso V, do § 1º, do art. 8º, da Lei Federal n. 12.527, de 2011;</u> e § 3º, do art. 94, da Lei Federal n. 14.133, de 2021.	Mensal	SIL
63	OBRAS	Divulga relação das obras paralisadas contendo o motivo, o responsável pela inexecução temporária do objeto do contrato	<u>Inciso V, do § 1º, do art. 8º, da Lei Federal n. 12.527, de 2011;</u> e § 6º, do art. 115, da Lei Federal n. 14.133, de 2021.	Mensal	SIL

		e a data prevista para o reinício da sua execução?			
64	LICITAÇÕES, CONTRATOS E INSTRUMENTOS DE COOPERAÇÃO	Divulga o plano de contratações anual (inciso VII, do art. 12, da Lei Federal n. 14.133, de 2021)?	§ 1º, do art. 12, da Lei Federal n. 14.133, de 2021.	Mensal	SGA
65	LICITAÇÕES, CONTRATOS E INSTRUMENTOS DE COOPERAÇÃO	Divulga a relação das licitações em ordem sequencial, informando o número e modalidade licitatória, o objeto, a data, o valor estimado/homologado e a situação?	<u>Inciso VI, do art. 7º, e inciso IV, do § 1º, do art. 8º, da Lei Federal n. 12.527, de 2011.</u>	Permanente	SGA
66	LICITAÇÕES, CONTRATOS E INSTRUMENTOS DE COOPERAÇÃO	Divulga a íntegra dos demais documentos das fases interna e externa das licitações?	<u>Inciso VI, do art. 7º, e inciso IV, do § 1º, do art. 8º, da Lei Federal n. 12.527, de 2011, c/c § 3º, do art. 25, da Lei Federal n. 14.133, de 2021.</u>	Permanente	SGA
67	LICITAÇÕES, CONTRATOS E INSTRUMENTOS DE COOPERAÇÃO	A íntegra dos ‘Estudos Técnicos Preliminares da Contratação’, desde que não tenham sido considerados sigilosos?	Acórdão TCU n. 2622, de 21 de outubro de 2015 - Plenário.	Permanente	SGA
68	LICITAÇÕES, CONTRATOS E	A íntegra do Mapa Comparativo de Preços,	Acórdão TCU n. 2622, de 2015 - Plenário.	Permanente	SGA

	INSTRUMENTOS DE COOPERAÇÃO	documento que contém a informação conclusiva sobre o valor estimado da Licitação, Dispensa de Licitação ou Inexigibilidade de Licitação, desde que não tenha sido considerado sigiloso?			
69	LICITAÇÕES, CONTRATOS E INSTRUMENTOS DE COOPERAÇÃO	A íntegra dos editais de licitação com os respectivos anexos (o anexo do edital inclui projeto básico ou termo de referência, minuta da ata de registro de preços, quando for o caso, e minuta de contrato)?	<u>Alínea a, do inciso VII, do art. 6º, da Resolução CNJ n. 215, de 2015, c/c Acórdão TCU n. 2622, de 2015 - Plenário; e Inciso VI, do art. 7º, VI, e inciso IV, do § 1º, do art. 8º, da Lei Federal n. 12.527, de 2011, c/c § 3º, do art. 25, da Lei n. 14.133, de 2021.</u>	Permanente	SGA
70	LICITAÇÕES, CONTRATOS E INSTRUMENTOS DE COOPERAÇÃO	A íntegra dos pedidos de esclarecimento apresentados entre a publicação do Edital e a abertura da sessão pública?	<u>Alínea a, do inciso VII, do art. 6º, da Resolução CNJ n. 215, de 2015, c/c Acórdão TCU n. 2622, de 2015 - Plenário.</u>	Permanente	SGA
71	LICITAÇÕES, CONTRATOS E INSTRUMENTOS DE COOPERAÇÃO	A íntegra das impugnações apresentadas entre a publicação do Edital e a abertura da sessão pública?	<u>Alínea a, do inciso VII, do art. 6º, da Resolução CNJ n. 215, de 2015, c/c Acórdão TCU n. 2622, de 2015 - Plenário.</u>	Permanente	SGA

	RAÇÃO				
72	LICITAÇÕES, CONTRATOS E INSTRUMENTOS DE COOPERAÇÃO	O nome do vencedor da licitação?	<u>Alínea a, do inciso VII, do art. 6º, da Resolução CNJ n. 215, de 2015, c/c Acórdão TCU n. 2622, de 2015 - Plenário.</u>	Permanente	SGA
73	LICITAÇÕES, CONTRATOS E INSTRUMENTOS DE COOPERAÇÃO	A íntegra dos contratos firmados? Divulga a relação dos contratos celebrados em ordem sequencial, com o seu respectivo resumo, contendo, no mínimo, indicação do contratado(a), do valor, do objeto e da vigência, bem como dos aditivos deles decorrentes?	<u>Alínea a, do inciso VII, do art. 6º, da Resolução CNJ n. 215, de 2015, c/c Acórdão TCU n. 2622, de 2015 - Plenário; e Inciso VI, do art. 7º, e inciso IV, do § 1º, do art. 8º, da Lei Federal n. 12.527, de 2011.</u>	Permanente	SGA
74	LICITAÇÕES, CONTRATOS E INSTRUMENTOS DE COOPERAÇÃO	A íntegra dos instrumentos que substituem o contrato?	<u>Arts. 91 e 95, da Lei Federal n. 14.133, de 2021; e Lei Federal n. 12.527, de 2011.</u>	Permanente	SGA
75	LICITAÇÕES, CONTRATOS E INSTRUMENTOS DE	A íntegra dos Termos Aditivos assinados? Divulga o inteiro teor dos contratos e dos respectivos termos aditivos?	<u>Alínea a, do inciso VII, do art. 6º, da Resolução CNJ n. 215, de 2015, c/c Acórdão TCU n. 2622, de 2015 - Plenário; e</u>	Permanente	SGA

	COOPERAÇÃO		<u>Inciso VI, do art. 7º, e inciso IV, do § 1º, do art. 8º, da Lei Federal n. 12.527, de 2011.</u>		
76	LICITAÇÕES, CONTRATOS E INSTRUMENTOS DE COOPERAÇÃO	Divulga a relação/lista dos fiscais de cada contrato vigente e encerrado?	<u>Inciso VI, do art. 7º, e inciso IV, do § 1º, do art. 8º, da Lei Federal n. 12.527, de 2011.</u>	Permanente	SGA
77	LICITAÇÕES, CONTRATOS E INSTRUMENTOS DE COOPERAÇÃO	A íntegra do Projeto Básico, Termo de Referência e documento similar, desde que não tenha sido considerado sigiloso?	<u>Alínea a, do inciso VII, do art. 6º, da Resolução CNJ n. 215, de 2015, c/c Acórdão TCU n. 2622, de 2015 - Plenário.</u>	Permanente	SGA
78	LICITAÇÕES, CONTRATOS E INSTRUMENTOS DE COOPERAÇÃO	Divulga a íntegra das Atas de Adesão – SRP?	<u>Inciso VI, do art. 7º, e inciso IV, do § 1º, do art. 8º, da Lei Federal n. 12.527, de 2011;</u> Inciso III, do art. 11, do Decreto Federal n. 7.892, de 23 de janeiro de 2013; e § 4º, do art. 18, do Decreto Federal n. 11.462, de 31 de março de 2023.	Permanente	SGA
79	LICITAÇÕES, CONTRATOS E INSTRUMENTOS DE COOPERAÇÃO	A íntegra da autorização da dispensa ou inexigibilidade de licitação, desde que não tenha sido considerada sigilosa?	<u>Alínea a, do inciso VII, do art. 6º, da Resolução CNJ n. 215, de 2015, c/c Acórdão TCU n. 2622, de 2015 - Plenário;</u> <u>Inciso VI, do art.</u>	Permanente	SGA

	RAÇÃO		7º, e inciso IV, do § 1º, do art. 8º, da Lei Federal n. 12.527, de 2011; e Parágrafo único, do art. 72, da Lei Federal n. 14.133, de 2021.		
80	LICITAÇÕES, CONTRATOS E INSTRUMENTOS DE COOPERAÇÃO	A íntegra dos instrumentos de cooperação (convênios, termos de cooperação, compromisso, protocolo de intenções, acordos de cooperação técnica e outros instrumentos congêneres) vigentes, exceto os sigilosos, nos termos da legislação?	Art. 161, da Lei Federal n. 15.321, 31 de dezembro de 2025, <i>c/c caput</i> , do art. 37, da CF; e Inciso V, do § 1º, do art. 8º, da Lei Federal n. 12.527, de 2011.	Permanente	SGA
81	LICITAÇÕES, CONTRATOS E INSTRUMENTOS DE COOPERAÇÃO	Divulga a relação dos licitantes e/ou contratados sancionados administrativamente pelo Poder ou órgão?	Arts. 156 e 161, da Lei Federal n. 14.133, de 2022.	Permanente	SGA
82	GESTÃO DE PESSOAS	Divulga a relação nominal dos servidores/autoridades/ membros, seus cargos/funções, as respectivas lotações, as suas datas de admissão/exonera	<i>Caput</i> , do art. 37 (princípios da publicidade e moralidade), e § 6º, do art. 39, da CF; Incisos I, II, III, IV e V, do art. 3º, e art. 8º, da Lei Federal n. 12.527, de 2011.	Mensal	SGP

		ção/inativação e a carga horária do cargo/função ocupada/desempenhada?			
83	GESTÃO DE PESSOAS	Identifica a remuneração nominal de cada servidor/ autoridade/Membro e a tabela com o padrão remuneratório dos cargos e funções?	<u>Caput, do art. 37 (princípios da publicidade e moralidade), e § 6º, do art. 39, da CF; Incisos I, II, III, IV e V, do art. 3º, e art. 8º, da Lei Federal n. 12.527, de 2011; e Recurso Extraordinário com Agravo n. 652777 (STF - Leading Case - Tema 0483).</u>	Mensal	SGP
84	GESTÃO DE PESSOAS	O Anexo III-a da Resolução CNJ n. 102, de 2009 (estrutura remuneratória dos cargos efetivos)?	<u>Alínea c, do inciso VII, do art. 6º, da Resolução CNJ n. 215, de 2015.</u>	Mensal	SGP
85	GESTÃO DE PESSOAS	O Anexo III-b da Resolução CNJ n. 102, de 2009 (estrutura remuneratória dos cargos em comissão e das funções de confiança)?	<u>Alínea c, do inciso VII, do art. 6º, da Resolução CNJ n. 215, de 2015.</u>	Mensal	SGP
86	GESTÃO DE PESSOAS	O Anexo III-c da Resolução CNJ n. 102, de 2009 (estrutura remuneratória de membros da magistratura)?	<u>Alínea c, do inciso VII, do art. 6º, da Resolução CNJ n. 215, de 2015.</u>	Mensal	SGP
87	GESTÃO DE PESSOAS	O órgão publica o Anexo IV da Resolução CNJ n.	<u>Resolução CNJ n. 102, de 2009.</u>	Mensal	SGP

	S	<u>102, de 2009,</u> indicando especificamente os dados requeridos para: Alínea <i>a</i> (cargos efetivos do quadro de pessoal do órgão)			
88	GESTÃO DE PESSOAS	O órgão publica o <u>Anexo IV da Resolução CNJ n. 102, de 2009,</u> indicando especificamente os dados requeridos para: Alínea <i>b</i> (cargos em comissão e funções de confiança do quadro de pessoal do órgão)	<u>Resolução CNJ n. 102, de 2009.</u>	Mensal	SGP
89	GESTÃO DE PESSOAS	O órgão publica o <u>Anexo IV da Resolução CNJ n. 102, de 2009,</u> indicando especificamente os dados requeridos para: Alínea <i>c</i> (origem funcional dos(as) ocupantes de cargos em comissão e funções de confiança)	<u>Resolução CNJ n. 102, de 2009.</u>	Mensal	SGP
90	GESTÃO DE PESSOAS	O órgão publica o <u>Anexo IV da Resolução CNJ n. 102, de 2009,</u> indicando especificamente os dados	<u>Resolução CNJ n. 102, de 2009.</u>	Mensal	SGP

		requeridos para: Alínea <i>d</i> (situação funcional dos(as) servidores(as) ativos(as) do quadro de pessoal do órgão)			
91	GESTÃO DE PESSOAS	O órgão publica o <u>Anexo IV da Resolução CNJ n. 102, de 2009</u> , indicando especificamente os dados requeridos para: Alínea <i>e</i> (cargos de magistrados(as) do quadro de pessoal do órgão)	<u>Resolução CNJ n. 102, de 2009.</u>	Mensal	SGP
92	GESTÃO DE PESSOAS	O órgão publica o <u>Anexo IV da Resolução CNJ n. 102, de 2009</u> , indicando especificamente os dados requeridos para: Alínea <i>f</i> situação funcional dos(as) magistrados(as) ativos(as) do quadro de pessoal do órgão)	<u>Resolução CNJ n. 102, de 2009.</u>	Mensal	SGP
93	GESTÃO DE PESSOAS	O órgão publica o <u>Anexo IV da Resolução CNJ n. 102, de 2009</u> , indicando especificamente os dados requeridos para: Alínea <i>g</i> (magistrados(as) não integrantes do	<u>Resolução CNJ n. 102, de 2009.</u>	Mensal	SGP

		quadro próprio em exercício no órgão)			
94	GESTÃO DE PESSOAS	O órgão publica o <u>Anexo IV da Resolução CNJ n. 102, de 2009</u> , indicando especificamente os dados requeridos para: Alínea <i>h</i> quantitativos de beneficiários(as) e dependentes de benefícios assistenciais)	<u>Resolução CNJ n. 102, de 2009</u> ; e Art. 123, da Lei Federal n. 15.321, de 2025.		SGP
95	GESTÃO DE PESSOAS	O <u>Anexo V da Resolução CNJ n. 102, de 2009</u> (divulgação da relação completa de membros da magistratura e demais agentes públicos, efetivos(as) ou não)?	<u>Resolução CNJ n. 102, de 2009</u> .	Mensal	SGP
96	GESTÃO DE PESSOAS	O <u>Anexo VI da Resolução CNJ n. 102, de 2009</u> (relação completa dos(as) empregados(as) de empresas contratadas, em exercício nos órgãos)?	<u>Resolução CNJ n. 102, de 2009</u> .	Mensal	SGP
97	GESTÃO DE PESSOAS	O <u>Anexo VII da Resolução CNJ n. 102, de 2009</u> (divulgação da relação completa de servidores(as) e/ou	<u>Resolução CNJ n. 102, de 2009</u> ; e <u>Incisos I a III, do art. 3º, inciso I, do art. 6º, incisos II e VI, do art. 7º, caput, do art. 8º,</u>	Mensal	SGP

		empregados(as) não integrantes do quadro próprio, em exercício no órgão mediante requisição, cessão, exercício temporário ou qualquer outra forma, excluídos(as) os(as) ocupantes de cargos em comissão e funções de confiança)? Publica lista dos terceirizados que prestam serviços para o Poder ou órgão/entidades, contendo, em relação a cada um deles: nome completo, função ou atividade exercida e nome da empresa empregadora?	<u>e inciso III, do § 1º, e § 2º, do art. 8º, da Lei Federal n. 12.527, de 2011.</u>		
98	GESTÃO DE PESSOAS	Divulga a lista de seus estagiários? Deve constar a lista com o nome completo dos estudantes que mantêm contrato de estágio com o Poder ou órgão, indicando, pelo menos, a data de contratação e término do contrato.	<u>Caput, do art. 37 (princípios da publicidade e moralidade), e § 6º, do art. 39, da CF; e Incisos I, II, III, IV e V, do art. 3º, e art. 8º, da Lei Federal n. 12.527, de 2011.</u>	Mensal	SGP
99	GESTÃO	A Tabela de	<u>Alínea b, do inciso</u>	Por fato	SGP

	O DE PESSOA S	Lotação de Pessoal - TLP na qual constem todas as unidades administrativas e judiciárias, com identificação nominal dos(as) servidores(as), cargos efetivos, cargos em comissão e funções ocupadas?	VII, do art. 6º, da <u>Resolução CNJ n. 215, de 2015</u> , c/c parágrafo único, do art. 15, da <u>Resolução CNJ n. 219, de 26 de abril de 2016</u> .	gerador	
100	GESTÃO O DE PESSOA S	A relação de membros e servidores(as) que se encontram afastados(as) para o exercício de funções em outros órgãos da Administração Pública?	<u>Alínea e, do inciso VII, do art. 6º, da Resolução CNJ n. 215, de 2015</u> .	Mensal	SGP
101	GESTÃO O DE PESSOA S	A remuneração e os proventos de membros, servidores(as), ativo(a), aposentado(a), pensionista e colaboradores(as) ?	<u>Art. 6º da Resolução CNJ n. 215, de 2015</u> , c/c <u>Resolução CNJ n. 102, de 2009</u> .	Mensal	SGP
102	GESTÃO O DE PESSOA S	Mensalmente, as diárias e passagens concedidas, por nome e cargo do(a) favorecido(a), além de data, destino, motivo da viagem e valor das diárias pagas e dos bilhetes	<u>Inciso VI, do art. 3º, da Resolução CNJ n. 102, de 2009</u> ; Inciso I, do art. 48-A, da Lei Complementar Federal n. 101, de 2000; <u>Incisos I, II, III, IV e V, do art. 3º, inciso VI, do art. 7º,</u>	Mensal	SGP

		emitidos?	e art. 8º, da Lei Federal n. 12.527, de 2011; <u>Caput</u> , do art. 37, da CF (princípio da publicidade); e Alínea e, do inciso I, do art. 8º, do Decreto Federal n. 10.540, de 2020.		
103	GESTÃO DE PESSOAS	Os nomes dos(as) servidores(as) que atuam no regime de teletrabalho, com atualização mínima semestral?	§ 8º, do art. 5º, da Resolução CNJ n. 227, de 15 de junho de 2016.	Mensal	SGP
104	GESTÃO DE PESSOAS	No sítio eletrônico a relação dos(as) profissionais ou órgãos cadastrados no Cadastro Eletrônico de Peritos e Órgãos Técnicos ou Científicos?	Art. 3º, da Resolução CNJ n. 233, de 13 de julho de 2016.	Permanente	SGA
105	GESTÃO DE PESSOAS	Divulga a íntegra dos editais de concursos e seleções públicas realizados pelo Poder ou órgão para provimento de cargos e empregos públicos? Divulga informações sobre os demais atos dos concursos públicos e processos seletivos do	<u>Incisos de I a III, do art. 3º, inciso I, do art. 6º, incisos II e VI, do art. 7º, caput e inciso IV, do § 1º (por analogia) e § 2º, do art. 8º, da Lei Federal n. 12.527, de 2011.</u>	Permanente	SGP

		Poder ou órgão, contendo no mínimo a lista de aprovados com as classificações e as nomeações?			
106	AUDITÓRIA E PRESTAÇÃO DE CONTAS	Divulgação do Relatório de Gestão ou Atividades?	<u>Inciso V, do § 1º, do art. 8º, da Lei Federal n. 12.527, de 2011.</u>	Anual	SAI
107	AUDITÓRIA E PRESTAÇÃO DE CONTAS	Divulgação do Relatório de Gestão Fiscal - RGF?	<i>Caput</i> , do art. 48, da Lei Complementar Federal n. 101, de 2000.	Anual	SAI
108	AUDITÓRIA E PRESTAÇÃO DE CONTAS	Prestações de contas do ano anterior? Publicação da Prestação de Contas do Ano Anterior (Balanço Geral)?	Primeira parte, do inciso II, e inciso III, do art. 8º, da IN TCU n. 84, de 22 de abril de 2020, e legislações estaduais sobre prestação de contas; e <i>Caput</i> , do art. 48, da Lei Complementar Federal n. 101, de 2000.	Anual	SAI
109	AUDITÓRIA E PRESTAÇÃO DE CONTAS	Publicação da decisão quanto à regularidade das contas proferida pelo Órgão de Controle Externo?	Arts. 4º e 5º, da Resolução CNJ n. 308, de 11 de março de 2020.	Anual	SAI
110	AUDITÓRIA E PRESTAÇÃO DE CONTAS	Certificado de Auditoria contendo o Parecer do Órgão de Controle Interno (órgãos	Arts. 4º e 5º da Resolução CNJ n. 308, de 2020; e § 6º, do art. 13, da IN TCU n. 84, de 2020, e legislações	Anual	SAI

		federais) e demais exigências da legislação de prestação de contas (órgãos estaduais)?	estaduais.		
111	AUDITÓRIA E PRESTAÇÃO DE CONTAS	Plano Anual de Auditoria - PAA?	Art. 31, da Resolução CNJ n. 309, de 11 de março de 2020; e Acórdão TCU n. 2.622, de 2015 - Plenário.	Anual	SAI
112	AUDITÓRIA E PRESTAÇÃO DE CONTAS	Plano Anual de Capacitação de Auditoria - PAC-Aud?	Arts. 69 a 73, da Resolução CNJ n. 309, de 2020.	Anual	SAI
113	AUDITÓRIA E PRESTAÇÃO DE CONTAS	Relatório Anual das Atividades Exercidas?	Art. 5º, da Resolução CNJ n. 308, de 2020.	Anual	SAI
114	SUSTENTABILIDADE	O Plano de Logística Sustentável - PLS?	Resolução CNJ n. 400, de 16 de junho de 2021; e Boas práticas.	Anual	SSRS
115	SUSTENTABILIDADE	O plano de ação do PLS?	Boas práticas.	Anual	SSRS
116	SUSTENTABILIDADE	O relatório anual de desempenho do PLS?	Resolução CNJ n. 400, de 2021; e Boas práticas.	Anual	SSRS
117	ACESSIBILIDADE	O órgão utiliza intérprete de Língua Brasileira de Sinais - Libras em manifestações públicas?	Incisos I e VI, do art. 4º, da Resolução CNJ n. 401, de 16 de junho de 2021.	Por fato gerador	SAINC/ASCE R
118	ACESSIBILIDADE	O órgão disponibiliza o planejamento das ações de	Inciso II, do art. 7º, e art. 19, da Resolução CNJ n. 401, de 2021; e	Anual	SAINC

		acessibilidade?	Boas práticas.		
119	ACESSIBILIDADE	O órgão apresenta relatório anual de ações de acessibilidade?	Inciso VII, do art. 23, da Resolução CNJ n. 401, de 2021; e Boas práticas.	Anual	SAINC
120	ACESSIBILIDADE	O sítio eletrônico institucional permite o acesso ao conteúdo para pessoas com deficiência, em atendimento ao estabelecido pela Resolução CNJ n. 215, de 2015 (Inciso VIII, do § 4º, do art. 6º) e em aderência ao Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico - eMAG? O site oficial e o portal de transparência contêm símbolo de acessibilidade em destaque, exibição do “caminho” de páginas percorridas pelo usuário, opção de alto contraste e ferramenta de redimensionamento de texto?	<u>Inciso VIII, do § 3º, do art. 8º, da Lei Federal n. 12.527, de 2011;</u> § 1º e <i>caput</i> , do art. 63, da Lei Federal n. 13.146, de 6 de julho de 2015; Inciso XIX, do art. 3º, da Lei Federal n. 14.129, de 2021; § 2º, do art. 2º, da Resolução CNJ n. 401, de 2021; e Boas Práticas previstas na Resolução CNJ n. 370, de 2021.	Permanente	SAINC/STI
121	ACESSIBILIDADE	Contém mapa do site institucional?	<u>Inciso VIII, do § 3º, do art. 8º, da Lei Federal n. 12.527, de 2011;</u> Art. 63, da Lei Federal n. 13.146,	Permanente	STI



Comissão Permanente de Legislação
e Jurisprudência

			de 2015; e Inciso XIX, do art. 3º, da Lei Federal n. 14.129, de 2021.		
122	EXTRAJUDICIAL	Divulga as receitas públicas provenientes da cobrança de emolumentos e de outros serviços prestados (parcela pública), e despesas públicas, tais como: Emolumentos (parcela pública); Fundo de Reaparelhamento da Justiça; Fundo de Compensação e Outros Fundos Especiais.	<u>§ 3º, do art. 6º, da Resolução CNJ n. 215, de 2015.</u>	Mensal	CGJ